

Eles querem discutir um plano de emergência com Sarney

Os empresários se mobilizaram em peso pelos cinco anos de mandato para o presidente da República, influyendo na votação de antea-tem na Constituinte, e agora querem a contrapartida. "Vou exigir do presidente Sarney a definição de um programa de estabilização econômica, de uma política econômico-financeira estável que estimule os investimentos, porque não podemos aguardar nem mais um momento", disse ontem o presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco, que fará hoje um pronunciamento no Senado em nome dos empresários.

Mas a pretensão dos industriais não pára por aí. Eles querem ver eliminados do futuro texto constitucional os pontos já aprovados no capítulo dos direitos sociais, e que eles consideram nocivos ao desenvolvimento econômico. Albano Franco prevê que haverá aumento do desemprego, da inflação e o crescimento da economia informal (ou subterrânea), a se manter o texto constitucional. Os empresários querem expurgar da nova Constituição pelo menos duas normas: o direito irrestrito de greve e o turno de seis horas. Por isso, Franco reuniu-se ontem com o senador Fernando Henrique Cardoso e o deputado Ricardo Fiúza, na busca de um acordo que possibilite isso.

O discurso que o senador Albano Franco fará hoje resultou de uma reunião com todos os presidentes de federações de indústria, na qual foi aprovada, por unanimidade, esta cobrança ao governo do presidente Sarney. Os empresários, segundo um assessor do senador, querem também que o governo discuta com eles o plano de emergência.

No discurso, Albano Franco deverá dizer, segundo sua assessoria, que os empresários não aceitam mais que o presidente justifique o desgoverno com a instabilidade em que vive o País. A situação, entendem eles, está agora estável, e o governo será advertido que não tem mais desculpas



Albano Franco: nem mais um momento.

para protelações. Acha também que, embora vitoriosos com os cinco anos, não há o que comemorar, o País está estagnado, o governo omissivo e os investimentos só voltarão se o presidente formular e executar o plano de emergência. Os empresários não pretendem sugerir as medidas que devem conter o plano, mas querem participar de sua elaboração.

Quanto às mudanças no texto constitucional os argumentos contrários da CNI baseiam-se em pesquisa feita em 150 médias e grandes empresas, de quatro estados do País, em nove setores da economia. O problema, segundo a pesquisa, está no impacto que as novas regras terão sobre a folha de pagamentos das empresas. De imediato, segundo a CNI, a redução da jornada de trabalho, as licenças gestante e paternidade, o auxílio-creche, o turno de revezamento, o pagamento da hora extra em 50% e o salário-férias provocarão um acréscimo sobre a folha de pagamentos de 19,54%.

Há ainda outras novas obrigações definidas pela Constituinte que deverão ser regulamentadas por legislação complementar, como o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, a indenização compensatória referente à despedida sem justa causa e a participação nos lucros. A CNI estima que, a médio prazo, o impacto sobre a folha de pagamentos será de 10,99%.

Depois de quatro horas de reunião com os parlamentares, o presidente da CNI saiu confiante de que será possível, pelo menos, estabelecer que o direito de greve será definido em lei complementar — "o que deixará a questão para uma discussão posterior" — e eliminar o turno de seis horas do texto constitucional. Com ele concordou Ricardo Fiúza, garantindo que "será possível, a partir de agora, reunir maioria de 280 votos até para mudar o regime interno da Constituinte". Fernando Henrique Cardoso, mais reticente, explicou que não existe qualquer acordo estabelecido.